

## ATA 04/2015

### REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

09.07.2015

1 Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, realizou-se no Auditório da  
2 Associação de Municípios da Região Carbonífera - AMREC, a reunião ordinária com os  
3 membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de  
4 Criciúma - CDM. Os trabalhos começaram às 19h e 05min, com a presença dos membros  
5 relacionados na lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Vice-  
6 Presidente do CDM, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sr. Jader  
7 Jacó Westrup que agradeceu a presença de todos nesta data, fez um breve comentário a respeito  
8 dos últimos acontecimentos relativos aos sinistros no Paço Municipal e a recuperação das  
9 informações relativas ao CDM. A seguir passou a palavra ao Arq. Giuliano Colossi que fez  
10 algumas considerações a respeito das necessidades do restabelecimento completo das  
11 informações e documentos deste conselho, disse que necessita que os membros assinem  
12 novamente a lista de presença na Ata do dia 07/05/2015; e que a partir da verificação das  
13 assinaturas na Ata do dia 07/05/2015, poder-se-á refazer a lista de presença daqueles membros  
14 que estiveram presentes nesta reunião. Foi informado que perdeu-se também a lista de presença  
15 da reunião do dia 14/08/2014, e a Ata estará disponível para a identificação das assinaturas de  
16 quem esteve presente naquele dia. Houve a recuperação das cópias das Atas impressas e  
17 assinadas do anos de 2014 e até 09/04/2015. Foram recuperados os arquivos das reuniões  
18 temáticas (Atas), porém não as listas de presenças assinadas, mas justificou-se que há nas Atas,  
19 a listagem dos presentes nestas reuniões. Em seguida foi lida a pauta desta reunião e foram  
20 assim divididas: **Aprovação da Ata da reunião anterior; Eleição do presidente do CDM;**  
21 **Informações das ausências de entidades e tomada de decisões;** e **Análise dos processos**  
22 **administrativos encaminhados ao CDM.** Posteriormente, apresentou-se a ata da reunião  
23 anterior e informou-se que a mesma fora encaminhada aos membros para leitura e possíveis  
24 correções, havendo algumas observações apontadas e devidamente corrigidas. Sendo que a  
25 mesma foi aprovada pelos membros presentes. Na sequência, seguindo a pauta, deu-se a  
26 indicação e eleição do novo presidente da CDM. O Sr. Jader Westrup lembrou a todos os  
27 presentes os motivos que foram elencados para a necessidade desta eleição, uma vez que o atual  
28 presidente não poderá estar presente nas reuniões em virtude de questões pessoais já  
29 informadas. E falou que após o questionamento a vários nomes do conselho surgiu um que se  
30 enquadraria no perfil desejado. Em seguida foi apresentado o Sr. André Cardoso que se  
31 disponibilizou positivamente para se candidatar ao cargo de Presidente do CDM, sendo que o  
32 mesmo foi aclamado por unanimidade pelos presentes. Após o Sr. Jader Westrup convidou o  
33 mesmo para se dirigir à mesa e o mesmo transmitiu o cargo ao novo presidente. O Sr. André  
34 Cardoso se apresentou a todos, disse qual é a sua formação acadêmica e seu local de trabalho,  
35 informou também que o mesmo por trabalhar diretamente no gabinete do prefeito deverá  
36 auxiliar nos assuntos relativos ao CDM. Após, passou a palavra ao Arq. Giuliano Colossi que  
37 seguiu no próximo assunto da pauta, que é a informações das ausências de entidades e tomada  
38 de decisões, sendo que foi apresentada a relação de faltas e o que a secretaria executiva do CDM  
39 fez em relação ao envio de ofícios às entidades para a nomeação de novos membros. Foi  
40 informado que foram enviados ofícios para as seguintes secretarias e/ou entidades: Secretaria  
41 da Fazenda – PMC – não responderam, FATMA – enviamos ofício – já responderam; Polícia  
42 Militar – enviamos ofício – não responderam; CELESC – enviamos ofício – não responderam;

43 AFASC – enviamos ofício – já responderam; APAE – enviamos ofício – não responderam;  
44 UABC (2º membro) – enviamos ofício – não temos a resposta; pois perdeu-se com o incêndio;  
45 STICCFMSSCCM - (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Construção e Mobiliário de  
46 Criciúma) – enviamos ofício – não responderam; STTR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e  
47 Agricultores – enviamos ofício – já responderam e por fim os Delegados (representantes das  
48 regiões) - (01 membro da região 01; 02 membros da região 03; 02 membros da região 04; 01  
49 membro da região 06; 02 membros da região 07; 02 membros da região 09; 01 membro da  
50 região 10). Após a apresentação da situação a palavra foi dada aos membros que apontaram os  
51 porquês da ausência dos representantes das regiões, sendo destacada as falas dos seguintes  
52 membros, Sr. Estevão Pierini que falou da falta de interesse dos presidentes das associações de  
53 moradores para a participação popular; o Sr. Diógenes Nunes de Almeida que lembrou a todos  
54 as questões que fizeram muitos dos delegados a desistirem de seguir nas reuniões, sendo que o  
55 mesmo foi interpelado por vários membros do CDM em sua fala, pois o mesmo volta a destacar  
56 assuntos já conhecidos. Por fim, o presidente do conselho, solicitou ao secretário executivo que  
57 o mesmo encaminhe ofícios aos então representantes das regiões questionando-os se há  
58 interesse de continuar ou não como membros do CDM. Foi levantada a questão de adequação  
59 ao regimento interno do CDM, quanto a esta situação, ou seja, deverá se acrescentar no  
60 regimento interno a possível substituição dos delegados por outros representantes da  
61 comunidade, proporcionalmente as regiões conforme já estabelecido e que tenham interesse na  
62 participação efetiva nas reuniões do CDM. Em seguida deu-se a apresentação dos processos  
63 administrativos que foram analisados pela Câmara Temática II do CDM, em reunião no dia  
64 21/05/2015, sendo esses: 1) Processo N° **447543** - Assunto: **ALTERAÇÃO** - Requerente:  
65 **MILENIUM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA** - Data: **28/04/2015**: Parecer da  
66 Câmara Temática II: “Após a apresentação da proposta de utilização do Art. 169, da Lei  
67 n°095/2012, foi dada a palavra à Arquiteta responsável pela elaboração do anteprojeto e  
68 posteriormente os membros da Câmara Temática discutiram a proposta e aprovaram a utilização  
69 do Art. 169, porém sugeriram que seja apresentada uma outra opção de implantação dos blocos  
70 de edifícios no terreno, afastando-os o máximo possível da Rua Anita Garibaldi, prevendo que  
71 estes blocos possam ser dispostos de forma alternada, sugeriram também que o projeto possa  
72 ser mais arrojado arquitetonicamente.” Após a apresentação do anteprojeto muitos membros se  
73 manifestaram, sendo esses: Arq. Jeferson Aléssio acha que o projeto apresentou melhoras e  
74 pensa ser muito temerário em se pedir que se “melhore o arrojado arquitetônico” pois isso não  
75 está na lei. O Eng. Joacir Milanez concorda que se deve aprovar a utilização do Art. 169, porém  
76 não concorda com a necessidade de se inserir a melhoria arquitetônica do projeto, pois esta  
77 questão fere a ética profissional. O Sr. Mário Henrique Sorato Gaidzinski não concorda com a  
78 utilização do Art. 169 de qualquer maneira. O Eng. Joacir Milanez disse que todos os artigos  
79 da lei devem sim ser utilizados. O Eng. Tiago Henrique Stangherlin disse que poderá haver uma  
80 contribuição para a comunidade deixando a área de lazer para acesso público. O Sr. Clodimir  
81 Michels disse que concorda com o projeto apresentado, mas acha temerário abrir a área de uso  
82 dos condôminos para o público, e pergunta como ficaria a questão da segurança. A Arq. Tânia  
83 Barcelos Nazari disse que a intenção do Art. 169 é a de trazer algo diferenciado para a  
84 volumetria das edificações na cidade e que o ganho econômico depende de cada um. O Arq.  
85 Giuliano Colossi esclarece que o número de unidades habitacionais não aumenta com a  
86 proposta e sim se mantém a mesma da proposta com os 04 pavimentos. Melhorando as questões  
87 de taxa de ocupação e liberação das áreas livres de lazer e recreação para os condôminos e  
88 complementou que as sugestões para os técnicos devem ser de modo sutil, no sentido de auxílio  
89 na elaboração do projeto. O Eng. Joacir Milanez disse que o que está previsto na lei deve ser  
90 liberado. Houve também algumas outras falas. Após o presidente do CDM colocou em votação  
91 a proposta de utilização do Art. 169, sendo que a mesma foi aprovada pela maioria dos  
92 presentes, houve 05 (cinco) votos contrários. 2) MEMORANDO N° **300/2015** - Assunto:

93 **Largura Viária** - Requerente: **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E**  
94 **MOBILIDADE URBANA** - Data: **29/04/2014**: Parecer da Câmara Temática II: “O presente  
95 ofício solicita a modificação da largura viária de um trecho da **Rua Victalino Scremim e da**  
96 **Av. Centenário até a Rua Timbó**, para adequação aos requisitos técnicos exigidos pelo  
97 DEINFRA do Estado de Santa Catarina, referente a estadualização desta rodovia, que consta  
98 no Plano Rodoviário Estadual. Após as explicações desta necessidade de modificação no Anexo  
99 13, do Plano Diretor, a proposta foi deferida pelos presentes, ou seja, a solicitação pretende que  
100 haja **nesta via um alargamento de 5m (cinco) metros** para ambos os lados e a existência de  
101 uma faixa *non aedificandi* de **15 (quinze) metros para ambos os lados.**” Após a apresentação  
102 das informações muitos membros se manifestaram, sendo esses: O Eng. Joacir Milanez  
103 questionou quanto a real largura da via e disse que os 15 (quinze) metros são da faixa *non*  
104 *aedificandi*. A Arq. Tânia Barcelos Nazari disse que esta faixa ficará na escritura dos  
105 proprietários e sugeriu que se corrige o texto, pois deverá ser conter os 30 (trinta) metros e mais  
106 os 15 (quinze) metros de faixa *non aedificandi* para ambos os lados. O Sr. Crisciano João  
107 Botelho comentou a existência dos postes de alta tensão. Porém, estes não são objeto de  
108 discussão neste conselho. A Dra. Érica questionou quanto a futura necessidade de  
109 desapropriação. O Arq. Giuliano Colossi respondeu que poderemos utilizar nestas situações a  
110 transferência do direito de construir, o que estamos estudando. Foi também informado que as  
111 questões técnicas que levam o Estado a definir que deva haver um alargamento viário são  
112 questões que poderão intervir na busca de financiamento para a obra. Foi dito que a importância  
113 da obra é fundamental para toda a cidade. Após a apresentação e discussão a solicitação, de  
114 alargamento viário e da faixa *non aedificandi* foi colocada em votação e a mesma foi **aprovada**  
115 por unanimidade, ficando assim: O Anexo 21, da Lei Complementar Nº 095/2012, a Rua  
116 Victalino Scremim passa a ter 30m (trinta metros) e mais 15m (quinze metros) para ambos os  
117 lados de faixa *non aedificandi*. A Avenida Centenário possui 40m (quarenta metros) e 15m  
118 (quinze metros) para ambos os lados até a Rua Timbó. 3) Processo Nº **445507** - Assunto:  
119 **LIBERAÇÃO** - Requerente: **COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO**  
120 **MINERAL - COOPERMINAS** - Data: **07/04/2015**: Parecer da Câmara Temática II: “Após a  
121 apresentação do requerimento que solicita um documento de liberação para a lavra em subsolo,  
122 para a atividade a ser desenvolvida que é a **extração de carvão mineral**. Houve a discussão  
123 dos aspectos legais desta atividade relativa ao zoneamento do solo e foi deferido que a atividade  
124 pretendida, de acordo com a Lei Complementar 095/2012, **é permissível somente** no  
125 zoneamento do solo urbano **ZI-2.**” Após a apresentação das informações muitos membros se  
126 manifestaram, sendo esses: O Eng. Joacir Milanez questionou como que a empresa fará a lavra  
127 de carvão tendo que passar por uma área não permitida. O Sr. Diógenes Nunes de Almeida  
128 disse que há uma intervenção do MPF – Ministério Público Federal referente as indenizações  
129 das áreas que foram mineradas e disse que a empresa poderia fazer a mineração utilizando a o  
130 plano inclinado e explicou algumas situações técnicas. O Sr. Jader Westrup disse que a empresa  
131 deverá obter além do documento da PMC também as liberações de outros órgãos. Após foi  
132 colocada em votação a liberação de documento para a atividade a ser desenvolvida de **extração**  
133 **de carvão mineral permissível somente** no zoneamento do solo urbano **ZI-2**. Sendo aprovada,  
134 houve 03 votos contrários, sendo estes do Sr. Diógenes, Sr. Estevão Pierini e do Sr. Rogério  
135 Baldessar, que solicitaram o registro na ATA. 4) Processo Nº **444312** - Assunto:  
136 **VIABILIDADE PARA CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO** - Requerente: **HIGHLINE DO**  
137 **BRASIL INFRAESTRUTURAS PARA TELECOMUNIC. S/A.** - Data: **23/03/2015**:  
138 Parecer da Câmara Temática II: “Com a apresentação da solicitação de construção/instalação  
139 de torre de telefonia celular e estação de rádio base, houve a apresentação da área que é  
140 requerida, e posteriormente colocou-se em votação, sendo que a proposta de implantação desta  
141 torre de telefonia celular foi deferida para o local. Informou-se também que esta solicitação  
142 deverá ser aprovada na FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. E a liberação

143 deste uso ficará condicionada a elaboração de um EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança,  
144 conforme o Art. 35, da Lei Complementar Nº 095/2012, quando da aprovação da FATMA e  
145 encaminhamento dos projetos para análise do DPFT - Divisão de Planejamento Físico e  
146 Territorial. ” Após a apresentação das informações foi colocada em votação e a solicitação foi  
147 aprovada por unanimidade pelos presentes. 5) Processo Nº **444263** - Assunto: **VIABILIDADE**  
148 **PARA CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO** - Requerente: **GERSIO SERAFIM** - Data:  
149 **20/03/2015**: Parecer da Câmara Temática II: “Após a apresentação da solicitação de viabilidade  
150 para a construção/instalação de um posto de combustíveis com loja de conveniência, a ser  
151 implantado na Av. Alexandre Beloli (Anel viário), no bairro 1ª Linha. A proposta foi deferida  
152 pelos presentes, sendo que a liberação deste uso ficará condicionada a elaboração de um EIV -  
153 Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme o Art. 35, da Lei Complementar Nº 095/2012. ”  
154 Após a apresentação das informações houve alguns questionamentos, sendo estes: O Sr. Joacir  
155 Milanez questionou em relação à segurança das edificações vizinhas. Foi informado que deverá  
156 ser elaborado o EIV. A Sra. Elizete de Oliveira Machado disse também que deverá ser feito o  
157 EIA. Após as discussões a solicitação foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por  
158 unanimidade pelos presentes. 6) Processo Nº **443076** - Assunto: **Aprovação** - Requerente:  
159 **MATEUS AMBONI PIZONI** - Data: **06/03/2015**: Parecer da Câmara Temática II: “Foi  
160 informado aos presentes que este processo administrativo já tinha dado entrada anteriormente  
161 e o mesmo foi encaminhado para a FAMCRI, informar ao CDM da viabilidade da liberação de  
162 uso comercial de uma edificação em uma gleba, localizado em Z-APA (Zona de Áreas de  
163 Proteção Ambiental), de acordo com a Anexo 09, da Lei nº 095/2012. Após algumas perguntas  
164 e esclarecimentos a solicitação foi deferida pelos presentes. ” Após a apresentação das  
165 informações a solicitação foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade  
166 pelos presentes. 7) Processo Nº **449159** - Assunto: **SOLICITAÇÕES** - Requerente:  
167 **DANIELE BURATO FELICIANO - IAB** -Data: **18/05/2015**: Parecer da Câmara Temática  
168 II: “Foi apresentado aos presentes a solicitação do requerente IAB - Instituto dos arquitetos do  
169 Brasil (Núcleo Criciúma) que solicita análise e modificação do Art. 135 do PD. Após a  
170 explicação a proposta foi comentada e houve a discussão destas alterações sugeridas. Sendo  
171 colocada em votação a proposta de modificação do Art. 135 foi aprovada com 7 (sete) votos  
172 contra 3 (três) votos. ” Após a apresentação das informações abriu-se a discussão e houve  
173 algumas considerações: o Sr. Clodenir Michels acha que não deveria se permitir o fechamento  
174 das sacadas e acha que a porcentagem apresentada deve ser menor. O Arq. Jeferson Aléssio  
175 disse que o fechamento das sacadas não é de responsabilidade deste conselho e disse que houve  
176 um equívoco na retirada dos terraços do artigo 135. O Sr. Diógenes Nunes de Almeida disse  
177 que esta modificação será de uma Lei Complementar e só poderá ser feita na revisão do Plano  
178 Diretor. O Eng. Joacir Milanez disse que estas modificações na legislação são de  
179 responsabilidade do CDM e esse é o nosso papel. Após a apresentação das informações e as  
180 discussões a solicitação foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade pelos  
181 presentes. 8) MEMORANDO GABINETE Nº **039/2015** - Assunto: **VIABILIDADE** -  
182 Requerente: **GABINETE DO PREFEITO** - Data: **18/05/2015**: Parecer da Câmara Temática  
183 II: “Após a apresentação da solicitação de viabilidade da instalação do **CASE** - Centro de  
184 Atendimento Sócio-Educacional em gleba localizada na localidade de espigão da pedra. A  
185 mesma foi deferida e foi observado que este uso permissível poderá ser liberado após a anuência  
186 do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM. Informou-se que a liberação deste projeto  
187 ficará condicionada a elaboração de um EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme o  
188 art. 35, da Lei Complementar nº 095/2012, quando do encaminhamento dos projetos para  
189 análise do DPFT - divisão de planejamento físico e territorial. ” Após a apresentação das  
190 informações abriu-se a discussão e houve algumas considerações: O Sr. Jader Westrup  
191 informou aos membros que houve a assinatura do decreto de desapropriação do referido imóvel  
192 e que o Estado de Santa Catarina deverá enviar ao município os projetos arquitetônicos para

193 obtenção das licenças necessárias ao início das obras. Após a apresentação destas informações  
194 a solicitação foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade pelos presentes.  
195 Após a apresentação destes processos administrativos foi solicitado aos presentes que atualizem  
196 seus endereços eletrônicos e também será utilizado o meio de comunicação do *WhatsApp* para  
197 contato. Informou-se também que a próxima reunião do CDM será realizada no dia 06/08/2015,  
198 em local ainda a ser definido. O presidente do CDM, Sr. André Cardoso agradeceu a presença  
199 de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo para registrar Eu, Giuliano Elias  
200 Colossi lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.